

DIFICULDADES NA CONSOLIDAÇÃO DE TERAPIAS COMPLEMENTARES EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

Nadson Ricly Oliveira dos Santos; Ramyres Stephane Costa Silva; Dr^a Tayssa Suelen Cordeiro Paulino.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIA CULTURA E EXTENSÃO UNIFACEX
ouvidoria@facex.com.br.

INTRODUÇÃO: As Unidades Básicas de Saúde (UBS) são fomentadas na descentralização. Suas ações ocorrem *in loco* das populações e ainda considera-se a porta de entrada para toda a rede de atenção à saúde, preferencialmente. Dessa maneira, as UBS são regidas e orientadas fortemente pelos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS): Universalidade, Integralidade e Equidade. Sendo ainda fundamental para o seu funcionamento a criação de vínculo, a humanização, a promoção do cuidado e propagação da corresponsabilização, bem como o incentivo da participação social (BRASIL, 2012). Contribuindo a esses preceitos, a Política Nacional de Humanização (PNH) de 2003, propõe que a Atenção Básica deva elaborar e desenvolver projetos terapêuticos para pessoa e sua coletividade, onde estas devem ser resolutivas, proporcionar a minimização no uso de fármacos e fortalecer o vínculo entre a equipe de saúde e usuários (BRASIL, 2003). Pensando nisso, diversos autores (OLIVEIRA, et al, 2017; SCHVEITZER; ESPER; SILVA, 2012; THIAGO; TESSER, 2012) afirmam que as Práticas Integrativas e Complementares de Saúde (PICS), devem ocorrer excessivamente no âmbito da atenção básica. Uma vez que, as propostas das PICS são o acréscimo da qualidade de vida das pessoas e das coletividades, a estimulação da participação social e, conseqüentemente, a criação de vínculo, (RANGEL; MIRANDA; OLIVEIRA, 2016). Possibilitando, a efetivação do que foi proposto na PNH. Mediante ao acenado, o Ministério da Saúde visando o fortalecimento para inserção das PICS nos serviços de saúde do SUS lança a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) a qual entende as práticas complementares como um sistema de atuação com ênfase no estímulo dos mecanismos naturais e no equilíbrio do corpo e da mente. Compreende também que essas atuações vão desde a prevenção até recuperação por meio de práticas naturais, seguras e de tecnologias leves, tais sendo: amplificação da visão holística do processo saúde-doença; a escuta qualificada e acolhedora, a inserção e integração do homem com o meio ambiente e ele na sociedade, além da promoção do empoderamento no autocuidado pelos usuários (BRASIL, 2015). Por conseguinte, é bastante evidente a crescente atração a essas formas terapêuticas

complementares e o seu alcance pelos os usuários nos serviços de cuidado, bem como houve a incorporação desse sistema terapêutico alternativo na prática do profissional de enfermagem (PENNAFORT et al, 2012; LUZ, 2005). No entanto, embora as propostas das PICS sejam de exaltação da qualidade de vida dos indivíduos e promover saúde, e ser explícito os benefícios de seu uso, igualmente a existência de diversas políticas que corroboram com o incentivo e concretização dessas práticas, estudos comprovam que ainda há um grande desafio na operacionalização e consolidação do uso das PICS nos serviços de saúde (RANGEL; MIRANDA; OLIVERA, 2016; LIMA; SILVA; TESSER, 2014; BADKE et al, 2017). Logo, reconhecer a pluralidade das práticas integrativas e seus benefícios trazidos com seu desenvolvimento, assim como refleti-lo nos sistemas de cuidado em saúde partindo do pressuposto do desafio na consolidação e mediante ao entendimento de que os enfermeiros são agentes essenciais do cuidado no contexto das Unidades Básicas de Saúde, bem como importantes atores sociais na assistência e que tem alto grau de responsabilidades assistenciais nas diversas terapêuticas, foi o que nos motivou para realização desta pesquisa, a qual tem como questionamento: quais os desafios evidenciados na literatura para a consolidação das Práticas Integrativas e Complementares nas Unidades Básicas de Saúde? Por conseguinte, este estudo pretende contribuir para o arcabouço literário e servir de material para discussões futuras a respeito do tema. Em caráter disto, esse estudo tem como objetivo descrever os desafios evidenciados na literatura para a consolidação das Práticas Integrativas e Complementares nas Unidades Básicas de Saúde. **METODOLOGIA:** O presente estudo trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, a qual auxilia o pesquisador na construção da problemática de pesquisa e o objetivo. Bem como a ideia a respeito dos conhecimentos do tema já delimitado, e desse modo contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento. Inclusive, a revisão bibliográfica contribui nas construções teóricas, nas comparações e na validação de resultados dos materiais científicos já selecionados (LAKATOS; MARCONI, 2003). Dessa forma, a investigação dos estudos já publicados foi realizada nas bases de dados Biblioteca Virtual de Saúde e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, no período de Julho a Agosto de 2017. Para o refinamento dos artigos encontrados, foi utilizado o operador booleano *and* para o cruzamento dos respectivos descritores: “Enfermagem”; “Terapias Complementares” e “Atenção Primária de Saúde”. Foram empregados como critérios de inclusão os textos em formato de artigos e que abordasse a vivência do enfermeiro e disponíveis em idioma Português. Para critérios de exclusão adotou textos em formato editorial, em formato de resumo e carta ao editor, artigos duplicados e que não se adequassem ao tema. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foram obtidos oito artigos,

destes foi realizada a análise e discussão buscando os fatores interferentes que se configuram como barreiras para a consolidação das diversas terapias complementares, na qual, em sua maioria, observou-se que a assistência do profissional enfermeiro é considerada como um ator bastante valioso na execução das PICS. Mediante ao dito, obteve-se os seguintes desafios enfrentados por enfermeiros da atenção primária: falta de conhecimento dos profissionais; a desvalorização e a falta de incentivo dos gestores; fragilidade na grade curricular e, por fim a pouca referência bibliográfica sobre a temática. No que concerne sobre a falta de conhecimento dos profissionais, uma pesquisa que utilizou as terapias complementares de Plantas Medicinais expôs que, embora sejam reconhecidos os efeitos e benefícios do uso nas diversas injúrias, é válido ressaltar que esta terapia complementar alternativa deva ser realizada de maneira sistêmica. Pontuou, também, que os pacientes diagnosticados com Diabetes Mellitus (tipo 1 e 2) que faziam uso de plantas medicinais apresentou contrariedades no preparo e armazenamento das plantas. Desse modo contribui para a afirmativa de que é fundamental o conhecimento e preparo dos enfermeiros diante as PICS. Evidenciando, dessa forma, uma fragilidade perante a inserção dessas práticas na atenção básica de saúde (FEIJÓ et al, 2012). Mediante ao revelado, Oliveira et al (2017), afirmam que o fator que mais reflete no afastamento de adesão dessas práticas nos serviços de saúde, em especial na Atenção Básica é a insegurança para realização dessas práticas, pois, o nível de informação e o conhecimento dos profissionais de saúde são mínimos ou inexistentes a respeito das PICS. Por consequência, é notória a necessidade de que os profissionais, em especial o enfermeiro, pois está em contato maior e por mais tempo com os usuários, quebrar os paradigmas que envolvem essas terapêuticas complementares e qualifiquem-se para utiliza-las de forma adequada e segura, e, conseqüentemente, proporcionar saúde e qualidade de vida com uso das PICS. Fragilidade na grade curricular das instituições de ensino superior. Nessa perspectiva, apesar das PICS fazerem parte da Política Nacional de Saúde e ser reconhecida pelo Conselho de Enfermagem, ainda são poucas as instituições que proporcionam disciplinas abordando tais práticas. Uma pesquisa realizada de 2012 a 2013, com amostra de 87 instituições públicas brasileiras de ensino superior em Enfermagem, constatou que apenas 23 (26,4%) oferecem disciplinas relacionadas às práticas, 55 (63,3%) não oferecem e em 9 (10,3%) os dados não são conhecidos. Das 23, em 06 (26,1%) elas têm o caráter obrigatório e nas outras 17 (73,9%) são optativas; quanto à localização, 08 (35%) está na região Nordeste do país. A necessidade da educação continuada para o profissional de saúde neste âmbito é urgente, cujo objetivo é a qualidade de vida da população (OLIVEIRA et al 2017). Colaborando com exprimido, Badke et al (2017) enfatizam que as grades curriculares de nível superior ainda

estão focadas bastante no modelo de assistência biomédico/farmacêutico, com a metodologia afastada da real fragilidade da população e mediante a isso, o aluno e futuro enfermeiro é tendenciado a apenas cientificar e distanciar o conhecimento contributivo dos indivíduos sociais. Logo, esses modelos de ensino detêm pouca atenção a outras maneiras de cuidar que propicie o olhar holístico aos discentes. Diferentemente da realidade exposta, a qual se evidencia o nascimento cada vez mais comum da atração pelas PICS. Bem como, a incorporação desse sistema terapêutico alternativo na prática do profissional de enfermagem e nos serviços de saúde. No entanto, mediante ao relatado, na luz que condiz com a formação acadêmica dos enfermeiros o autor, Pennafort et al (2012), afirma ter um vão entre as novas práxis complementares e a cultura biomeologista. Mediante a isto, faz-se necessário o fortalecimento do pensamento crítico-reflexivo para gerar mudanças nos mitos, no exercício profissional do enfermeiro e na cultura enraizada do antigo modelo de saúde curativista. A desvalorização e a falta de incentivo dos gestores, se mostrou um desafio para a implementação das PICS. Corroborando com o exposto, Pennafort et al (2012) aponta que no Brasil há muito é sabido o enfrentando de diversos problemas políticos, sociais e de economia, bem como a grave fragilidade na luz da saúde pública, configurando-se um empecilho significativo para a inserção das PICS nas diversas UBS. Ainda no que condiz com a gestão, outro obstáculo relatado pelos estudos foi à inconsistência das práticas desenvolvidas e a disponibilidade do sistema de informação, que se encontra fragilizada e pouco abrangente as tantas terapias complementares desenvolvidas. Portanto, propicia as subnotificações, uma vez que os sistemas apresentam esse déficit para o registro apropriado (SOUSA et al, 2012). Por isto, acredita-se que o déficit de interesse pelos gestores se da: pelo fato de que o foco do cuidado ainda não ser de prevenção à saúde; que se destaca pouco no SUS, da mesma forma que o pouco conhecimento dos profissionais a respeito das PICS (SANTOS; CUNHA, 2011). Em alguns estudos caracterizam como desafios para consolidação das PICS nos serviços do SUS, as escassas referências bibliográficas sobre a temática. Uma pesquisa que utilizou a terapia integrativa, Musicoterapia, apresentou resultados promissores, no entanto, revelando que a música continua sendo um método pouco experimentado na assistência de Enfermagem no Brasil. Um dos motivos evidenciado é o insuficiente número de estudos publicados em português referente ao tema, o que pode contribuir para desacreditar da musicoterapia. Vale salientar que são necessárias pesquisas com amostras maiores, evidenciando maior credibilidade científica ao uso da música como terapia complementar (ARAÚJO et al, 2014). Cooperando com o discurso Sousa et al, 2014, alude a respeito dos desafios que a prática do Toque Terapêutico enfrenta em seu desenvolvimento, pois o material disponível

que teoriza e baseia esta prática é insuficiente. Outro problema trazido pela autora é os confrontos com as metodologias para o seu desenvolvimento, havendo muita divergência no tempo e na quantidade demandada para realização desta prática complementar. Consequentemente, a falta de pesquisas e estudos que evidencie e cientifique as PICS se torna um fator que problematiza a inserção delas na atenção básica de saúde. **CONCLUSÃO:** frente aos resultados dos estudos incluídos nessa revisão, pode-se concluir que as principais dificuldades para consolidação das PICS na APS foram: a falta de conhecimento dos profissionais; a fragilidade na grade curricular nas instituições; a desvalorização e falta de incentivo dos gestores e, por fim, a escassez de referências bibliográficas sobre o tema. É indispensável que os membros das equipes de APS desenvolvam estratégias que os auxiliem para o enfrentamento dessas dificuldades, uma vez que a consolidação das PICS na Atenção Primária de Saúde não se limita em encontrar o melhor tipo de cuidado, mas diversificar as práticas ofertadas abrangendo as diferentes concepções de saúde e cuidado, bem como, a qualificação do processo de trabalho em saúde e sua assistência no âmbito da APS.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, et al. O uso da música nos diversos cenários do cuidado: revisão integrativa. **Revista Baiana de Enfermagem**. Revista Baiana de Enfermagem. v.28, n.1, p.96-106. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/6967>>. Acesso em: 28 de Jul. de 2017.

BADKE, M.R. et al. O conhecimento de discentes de enfermagem sobre uso de plantas medicinais como terapia complementar. Revista: **Cuidado é Fundamental**. v.9, n.2, p.459-465. 2017. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5442>>. Acesso em: 28 de Jul. de 2017.

BRASIL, Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS**: política nacional de humanização. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2003. 20 p. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizaSus.pdf>>. Acesso em 28 de Jul. de 2017.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS**: atitude de ampliação de acesso. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2015. 2 ed. 96 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf>. Acesso em: 13 de Ju. de 2017.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2012. 110 p. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>. Acesso em 13 de Jul. de 2017.

FEIJÓ, A.M. et al. Plantas medicinais utilizadas por idosos com diagnóstico de Diabetes Mellitus no tratamento dos sintomas da doença. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**. v.14, n.1, p.50-

56. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-05722012000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 28 de Jul. de 2017.

LIMA, K.M.S.V.; SILVA, K.L.; TESSER, C.D. Práticas integrativas e complementares e relação com promoção da saúde: experiência de um serviço municipal de saúde. Revista: **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. v.18, n.49, p.261-272. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000200261>. Acesso em: 28 de Jul. 2017.

LIMA, K.W.S.V.; SILVA, K.L.; TESSER, C.D. Práticas Integrativas e Complementares e relação com promoção da saúde: experiência de um serviço municipal da saúde. Revista: **Interface comunicação saúde educação**. v.18, n.29, p.261-272. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832014000200261&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 de Jul. de 2017.

OLIVEIRA, A.F.P. et al. Fitoterapia na atenção básica: estudo com profissionais enfermeiros. Revista: **Cuidado É Fundamental**. v.9, n.2, p.480-487. 2017. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/viewFile/5449/pdf_1>. Acesso em: 13 de Jul. de 2017.

PENNAFORT, V.P.S. et al. Práticas Integrativas e o empoderamento da enfermagem. **Revista Mineira de Enfermagem**. v.16, n.2, p.289-295. 2012. Disponível em: <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/531>>. Acesso em: 26 de Jul. de 2017.

RANGEL, C.T.; MIRANDA, F.A.N.; OLIVEIRA, K.K.D. A terapia comunitária integrativa e a enfermagem: o fenômeno e seus contextos. Revista: **Cuidado É Fundamental**. v.8, n.1, p.3770-3779. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3997>>. Acesso em: 13 Jul. de 2017.

SANTOS, L.F; CUNHA, A.Z.S. A utilização de práticas complementares por enfermeiros do Rio Grande do Sul. **Revista de Enfermagem da UFSM**. v.1, n.3, p.369-376, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/3047>>. Acesso em 13 de Jul. de 2017.

SCHVEITZER, M.C.; ESPER, M.V.; SILVA, M.J.P. Práticas integrativas e complementares na atenção primária em saúde: em busca da humanização do cuidado. Revista: **O Mundo da Saúde**. v.36, n.3, p.442-451. 2012. Disponível em: <https://www.saocamilosp.br/pdf/mundo_saude/95/6.pdf>. Acesso em: 17 de Jul. de 2017.

SOUSA, A.L.T. et al. Pesquisa clínica om o Toque Terapêutico: uma revisão sistemática. Revista: **Scientia Medica**. V.24, n.4, p.404-410. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/scientiamedica/article/view/17327/12342>>. Acessado em: 28 de Jul. de 2017.

SOUSA, I.M.C. et al. Práticas integrativas e complementares: oferta e produção de atendimento no SUS e em municípios selecionados. Revista: **Caderno de Saúde Pública**. v.28, n.11, p.2143-2154. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2012001100014&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em: 28 de Jul. 2017.